

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E A ADSERVIS MULTIPERFIL LTDA. OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES, INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, ELÉTRICAS, ELETRÔNICAS, MECÂNICAS E DE OPERAÇÃO DE ELEVADORES E DE MESA TELEFÔNICA PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e três, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o Senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a ADSERVIS MULTIPERFIL LTDA., situada na rua Jornalista Djalma Andrade, 14, sala 805, Belvedere, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob o n.º 71.393.227/0001-92, daqui por diante denominada CONTRATADA e neste ato representada por sua Procuradora, a Senhora ELIZABETH DA CONCEIÇÃO SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliado em Sabará-MG, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n.º 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores, doravante denominada simplesmente LEI, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n.º 80, de 07/06/01, publicado no D.O.U de 05/07/01, daqui por diante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital da Concorrência n.º 04/03 e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é o fornecimento de mão-de-obra destinada à execução de serviços de manutenção de edificações, instalações hidráulicas, elétricas, eletrônicas, mecânicas e de operação de elevadores e de mesa telefônica, para a Câmara dos Deputados, de acordo com as

exigências e demais condições e especificações expressas no Edital da Concorrência nº 04/03 e seus Anexos.

Parágrafo primeiro – O valor do presente contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de inclusão ou exclusão de componentes do objeto, sem modificação de preços e demais condições da proposta da CONTRATADA, em conformidade com o parágrafo 1º do art. 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do art. 113 do REGULAMENTO e previsto no subitem 2.2 do referido Edital.

Parágrafo segundo – Fazem parte integrante do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) Edital da Concorrência nº 04/03 e seus Anexos;
- b) Proposta da CONTRATADA, datada de 25/04/2003.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PESSOAL

Os serviços objeto do presente contrato deverão ser executados com rigorosa observância ao disposto no Anexo nº 02 ao Edital da Concorrência nº 04/03.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá manter à disposição da CONTRATANTE quadro de pessoal que obrigatoriamente atenda às exigências editalícias, conforme as categorias, quantidades e respectivas remunerações discriminadas a seguir:

| CATEGORIA | SALÁRIO | QUANT. |
|---|----------------|---------------|
| AJUDANTE | 514,27 | 70 |
| AJUDANTE PLANTONISTA NOTURNO | 514,27 | 04 |
| ASCENSORISTA | 492,85 | 55 |
| ASCENSORISTAS DE CONTROLE FLUXO PESSOAL | 640,68 | 09 |
| ASCENSORISTA ENCARREGADO CONT. FLUXO | 783,06 | 08 |
| AUXILIAR TÉCNICO EM ELETRÔNICA | 614,27 | 01 |
| BOMBEIRO HIDRÁULICO DE MANUTENÇÃO | 692,84 | 22 |
| BOMBEIRO HID. DE MAN. PLANT. NOTURNO | 692,84 | 02 |
| CABISTA | 785,70 | 09 |
| CHAVEIRO | 692,84 | 02 |
| COLOCADOR DE PISO VÍNILICO | 692,84 | 01 |
| ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO | 692,84 | 28 |
| ELETRICISTA DE MAN. PLANT. NOTURNO | 692,84 | 02 |
| ENCARREGADO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS | 1.100,00 | 03 |
| ENCARREGADO DE APOIO | 3.139,90 | 01 |
| ENCARREGADO-GERAL | 3.690,01 | 01 |
| GESSEIRO | 692,84 | 04 |
| IMPERMEABILIZADOR | 692,84 | 01 |
| LUSTRADOR DE MÓVEIS | 692,84 | 08 |
| MARCENEIRO | 785,70 | 27 |
| MECANICO ELETR. PARA ELEVADORES | 1.314,24 | 03 |

| CATEGORIA | SALÁRIO | QUANT. |
|---------------------------------------|----------------|---------------|
| MECANICO EM EQUIPAMENTOS GRAFICOS | 2.285,67 | 01 |
| MECANICO DE REFRIGERAÇÃO | 1.178,53 | 07 |
| MESTRE DE OBRAS | 2.260,72 | 01 |
| PEDREIRO | 692,84 | 13 |
| PINTOR | 692,84 | 01 |
| PROJETISTA | 1.642,82 | 08 |
| SERRALHEIRO | 785,70 | 04 |
| SUPERVISOR TÉCNICO | 5.289,63 | 15 |
| TAPECEIRO-ESTOFADOR | 692,84 | 04 |
| TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES | 1.642,82 | 06 |
| TÉCNICO EM ELETRONICA | 1.642,82 | 15 |
| TECNICO EM JARDINAGEM | 1.642,82 | 01 |
| TÉCNICO EM MAN. DE RELOGIOS ELÉTRICOS | 871,39 | 01 |
| TÉCNICO EM ORÇAMENTO | 3.569,82 | 04 |
| TECNICO EM PERSIANAS | 692,84 | 04 |
| TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO | 1.642,82 | 03 |
| TÉCNICO EM SERIGRAFIA | 1.642,82 | 03 |
| TELEFONISTA | 690,77 | 11 |
| VIDRACEIRO | 692,84 | 02 |
| TOTAL | - | 365 |

Parágrafo segundo – Os salários fixados correspondem ao mês de maio/2002, devendo possíveis reajustes obedecer à política salarial vigente das categorias, sendo que a entidade de classe considerada pela Câmara dos Deputados como legítimo representante da categoria profissional é o Sindicato das Empresas de Construção Civil, tendo em vista a predominância de suas afiliadas no objeto deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E FERRAMENTAS

Além do ferramental básico necessário a ser fornecido pela CONTRATADA, observado o quantitativo mínimo previsto para cada categoria, conforme previsto no Anexo nº 03 ao Edital da Concorrência nº 04/03, para o pessoal em serviço na Câmara dos Deputados será requerido o uso de equipamento de proteção individual exigido por lei para cada categoria profissional, a ser igualmente fornecido pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, execução insatisfatória dos serviços, omissões ou outras faltas mencionadas no item 10 do Edital da Concorrência nº 04/03, bem como o cometimento de infrações mencionadas no Anexo nº 04 ao mesmo Edital, serão aplicadas à CONTRATADA as multas e demais penalidades previstas nos respectivos dispositivos editalícios, observadas as condições neles indicadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras que vierem a ser estabelecidas em caráter complementar, desde que se façam necessárias para assegurar a boa execução dos serviços, todas aquelas enunciadas no Edital da Concorrência nº 04/03.

Parágrafo primeiro - Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo - A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como co-Reclamada.

Parágrafo terceiro - A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

Parágrafo quarto - A não apresentação da CND e do CRF, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Parágrafo quinto – A CONTRATADA está obrigada a pagar os salários dos empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior ao da prestação dos serviços, em horário bancário.

Parágrafo sexto – Além dos salários fixados, a CONTRATADA ficará obrigada a fornecer até o 5º (quinto) dia útil do mês em referência:

a) auxílio-alimentação para 22 (vinte e dois) dias por mês, cujo valor está fixado em R\$5,42 (cinco reais e quarenta e dois centavos), por dia;

b) transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte correspondente a 22 (vinte e dois) dias ao mês, de sorte a assegurar o deslocamento diário do empregado no percurso residência/local de trabalho/residência.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O preço total do presente Contrato é de R\$9.194.921,56 (nove milhões, cento e noventa e quatro mil, novecentos e vinte e um reais e cinquenta e seis centavos), a ser pago em parcelas, de acordo com a seguinte composição mensal:

MONTANTE “A”

| | |
|---|----------------|
| 1. Remuneração | R\$ 362.466,40 |
| 2. Adicionais previstos em lei..... | R\$ 6.664,78 |
| 3. Encargos Sociais (60,73%)..... | R\$ 224.172,63 |
| 4. Subtotal Montante “A” (1 + 2 + 3)..... | R\$ 593.303,81 |

MONTANTE “B”

| | |
|--|----------------|
| 5. Grupo 1 do Montante “B” | R\$ 62.111,02 |
| 6. Subtotal do Mont. “A” + Grupo 1 do Mont. “B” | R\$ 655.414,83 |
| (4 + 5) | |
| 7. Grupo 2 – Taxa de Administração (10%)..... | R\$ 65.541,48 |

PREÇO TOTAL MENSAL (6 + 7) R\$ 720.956,31

| | |
|---|----------------|
| 8. Despesas com 13º salário | R\$ 543.445,87 |
| - 13º salário | R\$ 362.466,40 |
| - encargos sociais incidentes (36,30%)..... | R\$ 131.575,30 |
| - taxa de administração incidente (10%) | R\$ 49.404,17 |

PREÇO GLOBAL ANUAL R\$9.194.921,56
[preço total mensal x 12 + 8 (despesas com 13º salário)]

Parágrafo primeiro – Em relação às despesas com 13º salário previstas nesta Cláusula, deverão ser observadas as condições previstas no subitem 3.1.3 do Anexo nº 01 ao Edital da Concorrência nº 04/03.

Parágrafo segundo – Se vier a ocorrer a prorrogação contratual prevista na Cláusula Décima deste instrumento, a CONTRATADA obriga-se a antecipar o pagamento do 13º salário dos seus empregados, referente ao período anterior à prorrogação, no respectivo exercício.

Parágrafo terceiro – Os pagamentos referentes ao presente Contrato serão efetuados em conformidade com o disposto no item 11 do referido Edital.

Parágrafo quarto – O pagamento dos serviços executados pela CONTRATADA e aceitos definitivamente pela Câmara dos Deputados será efetuado em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo quinto – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA em agência bancária indicada, mediante a apresentação em duas vias de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, para ateste pelo órgão fiscalizador.

Parágrafo sexto – O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado do ateste do órgão fiscalizador e estará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

a) prova da quitação da folha de pagamento específica do contrato, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;

b) comprovação emitida pelo órgão gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do recolhimento individualizado específico do contrato, por empregado, do mês anterior ao da emissão da nota fiscal/fatura;

c) cópia autenticada da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, específica do contrato, acompanhada da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, referente ao mês anterior ao da emissão da nota fiscal/fatura;

d) espelho da folha de pagamento específica do contrato, com o emprego do software MS-Excel v. 97, e fornecido em meio magnético;

e) comprovantes específicos do contrato de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação;

f) Certidão Negativa de Débitos – CND e Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, que deverão ter sempre os respectivos prazos de validade atualizados.

Parágrafo sétimo – A não observância dos prazos legais para pagamento mensal dos salários e do 13º salário do pessoal que executará os serviços à Câmara dos Deputados sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no Anexo nº 04 ao Edital da Concorrência nº 04/03.

Parágrafo oitavo – Para liberação das faturas, a CONTRATANTE levará em consideração o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

Parágrafo nono – Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE estão sujeitos às retenções de que tratam o art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998, o art. 64 da Lei 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Durante a vigência deste Contrato, o preço global mensal referido na Cláusula Sexta somente será reajustado se legislação específica assim o permitir.

Parágrafo primeiro – Ocorrendo a prorrogação contratual prevista na Cláusula Décima deste Contrato, poderá ser admitido reajuste de preços por índice devidamente comprovado, que reflita a variação ponderada dos custos dos insumos utilizados.

Parágrafo segundo – No que se refere a salários, ocorrendo reajuste para as categorias, decorrente de Convenção Coletiva, a Câmara dos Deputados admitirá o repasse para o contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestou garantia de R\$459.746,08 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e quarenta e seis reais e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em conformidade com o disposto no artigo 56 da LEI, c/c o artigo 93 do REGULAMENTO e nos termos do item 9 do Edital da Concorrência nº 04/03.

CLÁUSULA NONA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto das Notas de Empenho nº 2003NE002344 e 2003NE002348, correrá à conta das seguintes classificações orçamentárias, respectivamente:

- Programa de Trabalho:

01.031.0553.2000.0001 – Administração da Unidade

Nota de Empenho nº 2003NE002344:

- Natureza da Despesa:

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.37 – Locação de Mão-de-Obra

Nota de Empenho nº 2003NE002348:

- Natureza da Despesa:

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.1.90.34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Contrato terá vigência de 18/06/03 a 17/06/04, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II do artigo 57 da LEI, c/c o

inciso II do artigo 105 do REGULAMENTO, a critério da CONTRATANTE.

Parágrafo único - Este contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ÓRGÃO FISCALIZADOR

Considera-se órgão fiscalizador do presente Contrato o Departamento Técnico da Câmara dos Deputados, localizado no 18º andar do Edifício Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir as dúvidas e questões decorrentes do cumprimento deste Contrato.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 8 (oito) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 17 de junho de 2003.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida
Diretor-Geral
CPF n.º 358.677.601-20

Elizabeth da Conceição Silva
Procuradora
CPF n.º 499.231.026-53

Testemunhas: 1) _____

2) _____